

**ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 9h na Sala de Reuniões do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA/MT ocorreu a 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Informes; Apreciação do Relatório de pedido de Vistas da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Finalização da Revisão da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO, Sr. Nédio Carlos Pinheiro, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Fátima Aparecida da Silva Iocca, representantes da UNEMAT; Sra. Margarida Marchetto, representante da UFMT; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sra. Leonice de Souza Lotufo, representante dos Comitês; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA/MT; Sr. Renato da Gama Nogueira, representante da Alto Jauru Energética; Sr. André Luis Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante da FIEMT; Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, representante do Instituto AÇÃO VERDE; Sr. Joilson José Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Fabricio Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Alessandra Cintra Mardirossian, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Ingo Eduardo Bertogna Degenhard, representante da EPE; Sr. Pedro Geraldo Siviero, representante da Garantã Energética; e Sr. Édio Ferraz Ribeiro, representante da CAB Cuiabá. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que pediu desculpa pela reunião ser realizada na sala de reuniões e não na Plenária do CREA, como havia sido programado. Passou ao primeiro ponto da pauta, colocando em apreciação a Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando a Presidente colocou em votação a 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, passou aos informes colocando aos conselheiros que dia 26 de outubro de 2015 o Governador Pedro Taques assinou três programas de cunho ambiental, sendo eles o Programa Cultivando Água Boa, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e o Programa de Educação Ambiental na Agricultura familiar -PEAAF, destacando que o Programa Cultivando Água Boa é o programa mais voltado a gestão de recursos hídricos, desenvolvido pela Itaipu Binacional e ponderando que trata-se de um programa amplo, não se resumindo à recuperação de nascentes. Informou aos conselheiros que nos dias 17 e 18 de

35 novembro ocorrerá em Brasília o 1º Seminário de Avaliação do PROGESTÃO com a intenção de
36 avaliar os resultados do primeiro ciclo do Programa e iniciar as discussões para as novas bases da
37 sua continuidade, onde a SEMA será representada pelas Analistas de Meio Ambiente Lorena
38 Nicochelli, e Sibelle Jakobi e o CEHIDRO será representado pela conselheira Fátima Iocca,
39 destacando que a indicação foi feita por meio de sorteio uma vez que o prazo de indicação foi curto e
40 não poderia aguardar a próxima reunião, colocando ainda que se inscreveram para representar o
41 CEHIDRO o conselheiro Juraci Ozeda da SEPLAN, o conselheiro Vicente Falcão do Instituto Ação
42 Verde e a conselheira Fátima Iocca, tendo sido esta última sorteada. Informou ainda aos conselheiros
43 que nos dias 05 e 06 de novembro ocorrerá em Brasília o 1º Seminário das Salas de Situações
44 Estaduais, com o objetivo de troca de experiência e nivelar os equipes dos Estados, onde a SEMA
45 será representada pelos Analistas de Meio Ambiente Lorena Nicochelli e Renato Paschoal. Dando
46 continuidade passou para o próximo item da pauta, a Apreciação do Relatório de pedido de Vistas da
47 Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97 pelo conselheiro Décio Siebert. Passou a palavra à Secretária
48 do CEHIDRO, que informou que o conselheiro Décio Siebert não estaria presente para apresentar
49 suas propostas, por isto procederá à leitura das mesmas, destacando que foi informada pelo
50 conselheiro que os Comitês de Bacia Hidrográfica protocolaram documentos na SEMA manifestando
51 seu apoio às sugestões feitas, porém até o momento a Secretaria Executiva recebeu somente o
52 documento do CBH Sepotuba. Leu a proposta de redação para o § 2º do Art. 10 da Minuta. O
53 Conselheiro Pedro Siviero colocou que os comitês podem não ter capacidade técnica para discutir o
54 enquadramento dos corpos d'água em classes. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que se
55 colocasse uma redação igual à que consta na Resolução CNRH nº 91 em seu Art. 8º, com o texto As
56 propostas de alternativa de enquadramento deverão ser discutidas e aprovadas pelo Comitê de Bacia
57 Hidrográfica, quando existir, e posteriormente encaminhadas para deliberação do Conselho Estadual
58 de Recursos Hídricos.", o que foi aprovado pelos presentes. A Secretária deu continuidade à leitura
59 das sugestões, lendo a sugestão de alteração do Inciso X do Art. 30, que ficou com o texto " Aprovar o
60 Plano de Recursos Hídricos da sua respectiva bacia hidrográfica, acompanhar a sua execução e
61 sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas", o que foi aprovado pelos
62 conselheiros. Dando continuidade a Secretária do CEHIDRO colocou que foram sugeridas a inclusão
63 de incisos neste artigo, sendo o primeiro com o texto "deliberar sobre proposta para o enquadramento
64 dos corpos de água em classes de usos preponderantes, com o apoio de audiências públicas,
65 assegurando o uso prioritário para o abastecimento público" O conselheiro Édio Ribeiro ponderou que
66 se deveria trocar o termo abastecimento por saneamento. A conselheira Alessandra Panizi ponderou
67 que o inciso trata de procedimento, não sendo necessário constar na lei e destacando que cada
68 Comitê deve definir seus procedimentos, além da não obrigatoriedade de realização de audiências

69 públicas para discutir o enquadramento, sugerindo que fosse retirado este inciso, o que foi aprovado. A
70 Secretária do CEHIDRO colocou que sugere-se também que seja incluído neste artigo um inciso com
71 o texto "aprovar a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande
72 porte e com potencial poluidor". A conselheira Alessandra Panizi ponderou que juridicamente pode
73 gerar problemas este inciso, pois um mandato de segurança pode derrubá-lo devido à outorga ser
74 função do estado. O conselheiro Joilson Fonseca colocou que é necessário criar um procedimento
75 para informar aos comitês as outorgas de empreendimentos de grande porte, ao que a Secretaria do
76 CEHIDRO questionou se seria necessário colocar algum artigo neste sentido. A conselheira
77 Alessandra Panizi respondeu que não, pois para isto está previsto o instrumento do Sistema de
78 Informação, o qual deve dar transparência a todo o processo. O conselheiro Édio Ribeiro ponderou
79 que já existe o EIA/RIMA para empreendimentos de grande impacto, que já dá o conhecimento ao
80 comitê. A conselheira Leonice Lotufo colocou que tem de ser colocado um mecanismo para que o
81 comitê tenha conhecimento das outorgas na sua área de atuação, pois a implementação do sistema
82 de informação e a elaboração do Plano de Bacia pode ser demorado. A conselheira Fátima Locca
83 ponderou que deve existir uma forma de garantir a informações aos Comitês, destacando que a
84 mesma deve ser dada de forma geral e não especificamente sobre uma outorga. A conselheira
85 Alessandra Panizi colocou que a Lei já garante a informação aos comitês, qualquer mandato de
86 segurança obriga a SEMA a dar estas informações. O Secretário Executivo colocou que os comitês
87 tem que ser melhor estruturados e ter plano de bacia antes deste tipo de solicitação, sugerindo a
88 retirada deste inciso, o que foi aprovado. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse feita uma
89 moção à SEMA solicitando transparência para os comitês no processo de concessão de outorga. A
90 Secretária do CEHIDRO continuou a leitura das sugestões do pedido de vistas e colocou aos
91 conselheiros que foi sugerido que o Parágrafo Único do Art. 30 passasse a ter a redação "Das
92 decisões dos Comitês de Bacia Hidrográfica caberá recurso ao Conselho Estadual de Recursos
93 Hídricos", o que foi aprovado pelos presentes. A conselheira Leonice Lotufo questionou se quando um
94 Comitê negasse a instalação de um empreendimento o empreendedor poderia levar a questão ao
95 CEHIDRO, sendo respondida pela Secretária do CEHIDRO que qualquer pessoa pode levar
96 questionamentos ao Conselho, inclusive os empreendedores interessados. O conselheiro Vicente
97 Falcão ponderou que o inverso também pode ocorrer, com o comitê permitindo a instalação e o
98 CEHIDRO negando, sendo complementado pela conselheira Alessandra Panizi que os Comitês não
99 devem ver o Conselho como um inimigo, mas sim como um parceiro na gestão dos recursos hídricos.
100 Finalizada a apreciação do Pedido de Vista, a Secretária do CEHIDRO informou aos presentes que
101 seria dada continuidade à atualização da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, com a leitura dos Art.
102 35, 36 e 37 da mesma, que integram o Capítulo referentes às sanções. A conselheira Alessandra

103 Panizi ponderou que se esta entrando em uma seara que não compete ao CEHIDRO uma vez que
104 foge da questão ambiental, sugerindo que os Art. 35, 36 e 37 fossem retirados da minuta. A Secretaria
105 do CEHIDRO ponderou que foi uma sugestão de inclusão da PGE como sanções para o instrumento
106 de cobrança, sendo ponderado pela conselheira Fátima Iocca que é uma regulamentação da Lei,
107 sendo aprovada a retirada destes Artigos. Dando continuidade, a Secretaria do CEHIDRO informou
108 aos conselheiros que a conselheira Alessandra Panizi encaminhou uma sugestão de alteração dos
109 artigos 38 a 47, que tratam das infrações e penalidades, sugerindo-se que seja feita a leitura da
110 sugestão de alteração, o que foi aprovado. O Secretario do CEHIDRO iniciou a leitura lendo o primeiro
111 artigo sugerido, sendo complementado pela Secretária do CEHIDRO que a Secretaria Executiva
112 comparou o texto sugerido com o texto da minuta e verificou que todos os incisos da minuta estão
113 presentes, sugerindo que seja mantida a sugestão com a inclusão como penalidade dos incisos
114 "utilizar recurso hídrico de maneira prejudicial a direito de terceiros e à vazão mínima remanescente
115 estabelecida"; "deixar de controlar os poços jorrantes, com dispositivos adequados" e "o não
116 pagamento dos valores devidos pelo uso dos recursos hídricos até a data, para tanto estabelecida pelo
117 Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH". Quanto ao ultimo item a conselheira Alessandra Panizi
118 ponderou que não se aplica uma penalidade por não pagamento da cobrança, para isto se utiliza as
119 sanções estabelecidas em regulamento, sugerindo a exclusão deste inciso, o que foi aprovado. A
120 conselheira Sara Caporossi questionou se não se deveria colocar um inciso tratando de irrigação,
121 sendo respondida pelo Secretario Executivo que este ponto entra nas questões gerais, não devendo
122 se destacar um uso específico. O conselheiro José Roberto ponderou que alguns incisos são
123 redundantes, não podendo se incluir todos para a Lei não ficar muito extensa e concordando com a
124 sugestão de inclusão da Secretaria executiva. A conselheira Sara Caporossi ponderou que deve ser
125 acrescentada a questão do reúso da água, sendo ponderado pelo Secretário Executivo que pode ser
126 colocada, porem que não cabe neste artigo devido ao mesmo tratar de infrações. A conselheira
127 Alessandra Panizi ponderou que poderia ser colocado um artigo que a utilização da água de reuso
128 deverá ser regulamentado, pois é um tema novo para o país mas que poderá se tornar um problema
129 em breve. O conselheiro Édio Ribeiro colocou que a SABESP vende a água de reuso para
130 resfriamento, o que é possível por ser um subproduto da concessionária, ao que a conselheira
131 Alessandra Panizi questionou porque esta revenda só pode ser feita pela concessionária. O
132 conselheiro Joilson Fonseca colocou que tem de ser bem pensado como será feita esta questão do
133 reuso e sugeriu se colocar como um tema a ser regulamentado também a injeção de água no aquífero,
134 pois pode ser uma opção futura de descarte. A conselheira Sara sugeriu que seja incluída somente
135 para regulamentação pois é uma questão nova e não se pode entrar em detalhes ainda, o que foi
136 aprovado pelos presentes. O conselheiro José Roberto colocou que deve ser colocada a questão do

137 poluidor pagador, ponderando que reutilizando a água você evita pagar pela poluição e ainda
138 economiza o recurso. O conselheiro Édio Ribeiro colocou que irrigação gera poluição difusa, e
139 questionou como é feito o controle e monitoramento disto, destacando não ser justo se cobrar somente
140 dos empreendimentos que tem lançamentos pontuais. O conselheiro Ingo Degenhard colocou que
141 existe uma resolução em que uma empresa que reutiliza seu efluente tem 30% de desconto na taxa de
142 renovação da Licença de Operação. Voltando à proposta da conselheira Alessandra Panizi, foi
143 aprovado o texto "Art. Xx São consideradas infrações das normas de utilização de recursos hídricos
144 as seguintes condutas: a) derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a
145 respectiva outorga de direito de uso; b) iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado
146 com a derivação ou a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique
147 alterações no regime, quantidade ou qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou
148 entidades competentes; c) utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços
149 relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga; d) perfurar
150 poços para extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização; e) fraudar as
151 medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos; f) infringir
152 normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo
153 instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes; g) obstar ou dificultar a
154 ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções; h) utilizar recurso
155 hídrico de maneira prejudicial a direito de terceiros e à vazão mínima remanescente estabelecida; i)
156 deixar de controlar os poços jorrantes, com dispositivos adequados; j) deixar expirar o prazo de
157 validade das outorgas sem solicitar a devida prorrogação ou revalidação;" O Secretario Executivo deu
158 continuidade à leitura, passando ao artigo seguinte da proposta, o qual foi aprovado com o texto "Art.
159 Xx. As infrações administrativas aos recursos hídricos serão punidas com as seguintes sanções, entre
160 outras: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV – Embargo; V – Revogação ou cassação
161 da outorga; VI - perda ou suspensão em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de
162 crédito; VII - perda ou restrição de incentivo e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público
163 Estadual; VIII - apreensão ou recolhimento temporário ou definitivo de equipamentos; IX -
164 tamponamento de poço tubular." O Secretario Executivo continuou a leitura, lendo os dois artigos
165 seguintes da proposta, sendo complementando pela Secretária do CEHIDRO que comparando o texto
166 da Minuta de Alteração com o texto da proposta da conselheira Alessandra Panizi verificou que todo o
167 texto estava contemplado, com exceção dos § 11º e 2º da artigo 42, sendo colocado pela conselheira
168 Alessandra Panizi que os mesmos podem ser colocados como parágrafos do ultimo artigo lido. A
169 conselheira Alessandra Panizi ponderou que na Minuta se tinha um monte de incisos que estavam
170 colocados de forma confusa, o que fez foi pegar as condutas que eram diferenciadas e ordená-las. O

171 conselheiro Fabricio Hideo questionou se é necessário se colocar os valores em UPF e a conselheira
172 Fátima locca questionou a necessidade de se colocarem os valores, sendo ambos respondidos pela
173 Secretaria do CEHIDRO que a colocação de valores é necessária, para ser aplicável as penalidades, e
174 que acredita ser necessário se colocar os valores em UPF por se tratar de uma legislação estadual,
175 porem irá verificar isto com o jurídico da SEMA. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que se
176 copiasse o Art. 60 do Decreto 3.179/99, que diz "As multas previstas neste Decreto podem ter a sua
177 exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade
178 competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação
179 ambiental. § 1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de
180 projeto técnico de reparação do dano. § 2º A autoridade competente pode dispensar o infrator de
181 apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir. § 3º Cumpridas
182 integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em noventa por cento do
183 valor atualizado, monetariamente. § 4º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de
184 cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa
185 do infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano não reparado. § 5º
186 Os valores apurados nos §§ 3º e 4º serão recolhidos no prazo de cinco dias do recebimento da
187 notificação.", o que foi aprovado pelos presentes com a exclusão do §5º, ficando pendente de ser
188 encaminhado pela conselheira Alessandra Panizi uma nova redação para o caput do Artigo devido à
189 duvidas quanto ao termo "por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se
190 à adoção de medidas específicas", o qual seria encaminhado por email para aprovação dos demais
191 conselheiros. O Secretario executivo continuou a leitura dos últimos três artigos da proposta, os quais
192 foram aprovados com o seguinte texto: "Art. Xx. O agente atuante ao lavrar o valor da multa deverá
193 levar em consideração os seguintes critérios: a) porte e localização do empreendimento; b) intensidade
194 do dano efetivo; c) circunstâncias atenuantes ou agravantes; d) antecedentes do infrator; e)
195 capacidade econômica do infrator; f) comunicação prévia do perigo iminente; g) colaboração com os
196 agentes públicos na correção dos impactos; h) tipo de infração; i) gravidade do dano; j) consequências
197 do ato; k) tipo de atividade; l) grau de desconformidade em relação às normas legais, regulamentares
198 e medidas diretivas."; "Art. Xx São circunstâncias atenuantes das sanções administrativas:
199 a)inexistência de má fé; b)Comunicação imediato do dano as autoridades competententes c)
200 caracterização da infração como de pequena monta e importância secundária; d) utilização de
201 recursos hídricos como fator de produção; e) fato de ser primário; f) fato de ter procurado , de algum
202 modo, evitar ou atenuar efetivamente as conseqüências do ato ou dano ; g) pronta reparação de todos
203 os prejuízos decorrentes direta e indiretamente da ação ou omissão; h) menor grau de compreensão e
204 escolaridade do infrator." e "Art. Xx. São circunstâncias agravantes das sanções administrativas: a) ser

reincidente; b) prestar informações falsas ou alterar dados técnicos; c) dificultar ou impedir a ação fiscalizadora; d) deixar de comunicar, imediatamente, a ocorrência de acidentes que põem em risco os recursos hídricos; e) omissão dolosa ou má-fé; f) prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à vida ou à saúde, perecimento de bens, inclusive de animais e prejuízo de qualquer natureza a terceiros sem pronta reparação; g) ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia; h) infração ter ocorrido em zona urbana; i) infração que atingir área sob proteção legal; j) utilizar-se da condição de agente público para prática da infração; k) tentativa de se eximir de responsabilidade atribuindo-a a outrem; l) culpa, externada através de negligência, imperícia e imprudência.". A Secretária do CEHIDRO questionou se todos aprovam a substituição dos Art. 38 a 47 da Minuta pelos artigos propostos pela conselheira Alessandra Panizi e aprovados nesta reunião, com o que todos os presentes concordaram. Devido ao Adiantado da hora o Secretario executivo propôs que a Apreciação da Minuta fosse finalizada na 59ª Reunião Ordinária, que ocorrerá no dia 19 de novembro de 2015, o que foi aprovado. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 12h 09min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ANA LUIZA AVILA PETERLINI DE SOUZA

Presidente do CEHIDRO

NÉDIO CARLOS PINHEIRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30/08/2016.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*